



AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E DE PROJECTOS PEDAGÓGICOS

*Prof. Domingos Fernandes/Portugal**

A avaliação é uma prática social cuja presença é cada vez mais indispensável para caracterizar, compreender, divulgar e melhorar uma grande variedade de problemas que afectam as sociedades contemporâneas tais como o pleno acesso à educação, a prestação de cuidados de saúde, a distribuição de recursos e a pobreza.

Um dos desafios que hoje se coloca à avaliação é o de contribuir para melhorar a vida das pessoas, das instituições e das sociedades tendo como ponto de partida a aceitação e o reconhecimento de uma diversidade de perspectivas e de abordagens, apostando no pluralismo nas suas diferentes formas (e.g., ideológico, temporal e espacial). Apesar das diferenças existentes entre uma diversidade de teorias ou abordagens de avaliação parece importante ter na devida conta os seus aspectos comuns, procurando assim resistir a dicotomias, que pouco contribuem para a clarificação e o discernimento, e a qualquer tipo de ortodoxias. É importante que se compreenda que a avaliação é um processo social complexo que envolve pessoas que funcionam em determinados contextos, com as suas práticas e políticas próprias e envolve também a natureza do que está a ser avaliado que, por sua vez, também tem as suas finalidades, lógicas e políticas próprias. Por isso, qualquer que seja a perspectiva teórica ou filosófica adoptada (e.g., avaliação orientada por critérios, avaliação construtivista) dificilmente as avaliações contemporâneas poderão contornar as questões sociais, políticas e éticas assim como as questões relativas à sua utilização, à participação dos intervenientes (e.g., as questões de voz, dos significados, das práticas) e aos potenciais utilizadores (Fernandes, 2007).

Os propósitos que se pretendem alcançar através de um estudo de avaliação determinam em grande medida a forma como se planifica e desenvolve o processo de recolha de informação e como se organiza e divulga o próprio relatório do estudo. Ou seja, os fins a que se destina a avaliação têm necessariamente que ser considerados quando se escolhem os procedimentos de recolha de dados, o tipo de interacção que o avaliador vai estabelecer com os participantes ou, em geral, o design do estudo que é preciso concretizar. Há uma grande variedade de propósitos que podem ser associados a uma avaliação tais como: a) apoiar a tomada de decisões; b) servir a prestação pública de contas; c) melhorar as práticas e procedimentos de um dado programa educativo; d) compreender problemas de natureza social no âmbito de um dado projecto, contribuindo para a identificação de soluções possíveis; e e)

***DOMINGOS FERNANDES / PORTUGAL** - Doutorado em Educação. Texas A&M University, EUA, . Mestrado em Educação. Boston University, EUA. Licenciado em Matemática pela Faculdade de Ciências da Universidade, Lisboa/ Portugal. Recebeu diversos prêmios na área de educação em Portugal e nos Estados Unidos. Autor de vários livros na área de avaliação.

compreender as experiências vividas por quem está envolvido numa dada prática social.

Para que os propósitos de uma avaliação possam ser alcançados utilizam-se, em geral, avaliações sistemáticas ou formais quase sempre enquadradas por um modelo teórico. Mas também se utilizam avaliações informais e combinações de abordagens mais e menos formais. A compreensão da natureza destes tipos de avaliação e das relações que existem entre si é relevante. Para além disso, também é importante conhecer e compreender características de abordagens, modelos ou teorias de avaliação, contrastando as que dão ênfase ao papel da teoria com as que dão ênfase às práticas e às experiências vividas pelos intervenientes.

A conceptualização das práticas de avaliação tem que se fazer com base no processo que permite discernir a qualidade do que se avalia que, no fundo, é o fulcro ou o cerne de qualquer processo de avaliação. Dito de outra forma, a avaliação tem a ver fundamentalmente com a identificação e o reconhecimento da qualidade com base numa diversidade de evidências que permitem comprovar essa mesma qualidade perante outrem. Independentemente das múltiplas e diversificadas questões que se poderão formular numa dada avaliação, há duas que lhes estarão sempre subjacentes ou que, de algum modo, estarão sempre presentes de forma mais ou menos explícita: a) como se poderão descrever as percepções das pessoas acerca da qualidade do que se está a avaliar (e.g., projecto político-pedagógico, escola, currículo, programa para alunos em risco, utilização de novas tecnologias de informação e comunicação)?; b) qual é a qualidade do que se está a avaliar? No entanto, é necessário caracterizar e discutir as abordagens que, em avaliação, têm sido utilizadas para determinar a qualidade de um qualquer ente, nomeadamente aquelas que estão mais associadas à definição de critérios e de standards e as que se baseiam mais nas descrições das percepções dos diferentes intervenientes. No primeiro caso estamos perante abordagens que, num certo sentido, produzem medidas da qualidade, isto é, a qualidade é determinada através da comparação entre as evidências obtidas no processo de avaliação e os critérios definidos de acordo com uma variedade de processos. Nestas condições, a qualidade pode considerar-se como sendo real e independente do avaliador. No segundo caso as abordagens utilizadas baseiam-se essencialmente na descrição, análise e discussão das percepções que os intervenientes no processo têm dessa mesma qualidade, isto é, a qualidade é construída socialmente e é reconhecida quando se vê e quando se sente (Fernandes, 2007).

Em qualquer dos casos a avaliação da qualidade, baseada no chamado pensamento criterial ou nas experiências vividas e sentidas pelos intervenientes, será sempre uma construção feita por seres humanos e, por isso, estará sempre fortemente relacionada com a experiência pessoal de cada um. Logo, sabe-se que nem todos verão e/ou sentirão o que outros vêem e/ou sentem e, por isso mesmo, a qualidade para uns não se chega a revelar enquanto que, para outros, é possível identificá-la quer através do que parece ser bom quer através do que parece não o ser.

É tendo em conta estas considerações que deveremos abordar a avaliação de programas e a avaliação de projectos de natureza pedagógica. Ou seja, é relevante que exista uma elaboração teórica com um mínimo de consistência para que possamos avaliar convenientemente um projecto ou um programa. No entanto, para além do indispensável enquadramento de natureza teórica, é também muito importante que sejamos capazes de enunciar e debater as questões práticas com que nos confrontamos nos processos de planear e de pôr em prática a avaliação de programas e de projectos pedagógicos.

A planificação de uma avaliação é imprescindível e deve necessariamente existir antes da intervenção avaliativa. Trata-se, no fundo, de um trabalho de pré-avaliação que necessita de ser conceptualmente enquadrado para que a avaliação propriamente dita possa ter a qualidade que se deseja. A Figura 1 ilustra os principais aspectos a ter em conta no processo

de planificação da avaliação de programas e de projectos pedagógicos

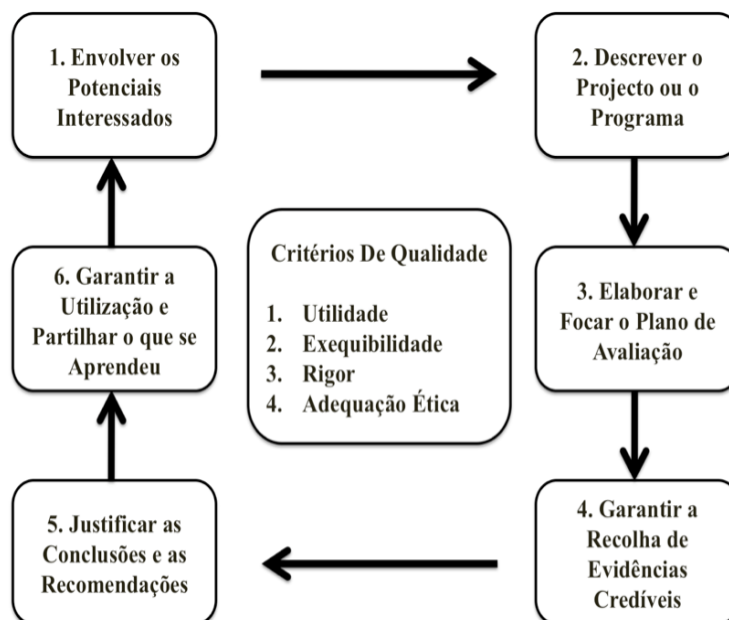
Figura 1. Aspectos a considerar na planificação da avaliação de programas e de projectos (Adaptado de Holden & Zimmerman, 2009, p. 9).



A análise da Figura 1 mostra que o processo de planificação contribui para focar o objecto ou objectos primordiais da avaliação de programas e de projectos, permitindo assim dar início à concretização do processo.

É óbvio que associado ao processo de planificação está o enquadramento mais geral da avaliação de programas e de projectos que, conforme se esquematiza na Figura 2, deverá ter em devida conta quatro critérios que, em princípio, garantem a sua qualidade: a) Rigor; b) Utilidade; c) Exequibilidade; e d) Adequação Ética. Repare-se que os três primeiros passos indicados na Figura 2 também constam na fase de planificação, tal como se pode verificar na Figura 1.

Figura 2. Enquadramento possível para a avaliação de programas e de projectos (Adaptado de Holden & Zimmerman, 2009, p. 8).



Entre muitos outros aspectos que é necessário considerar na avaliação de programas e de projectos há três que merecem particular destaque. Em primeiro lugar é necessário ter em conta que a avaliação pode ter propósitos estritamente formativos, estando, neste caso, mais associada ao desenvolvimento ou melhoria do programa ou do projecto. Mas poderá ter propósitos estritamente sumativos e, neste caso, estará mais associada à prestação pública de contas ou à responsabilização. Muitas vezes a avaliação sumativa de um dado projecto ou programa pode estar relacionada com a necessidade de se tomarem decisões relativamente à sua continuidade ou ao seu financiamento. Noutros casos pode ser importante procurar articular, na mesma avaliação, propósitos formativos e sumativos. Em segundo lugar é importante ponderar se a avaliação deve ser interna, da integral responsabilidade de um grupo de participantes directos no projecto ou programa, ou externa, da responsabilidade de uma entidade ou grupo que não tem quaisquer interesses directos no seu desenvolvimento. Também neste caso pode considerar-se a possibilidade de articular uma avaliação interna de um dado programa, normalmente sob a forma de um relatório de auto-avaliação, com a sua avaliação externa. É bom perceber-se que quer a avaliação interna, quer a avaliação externa têm as suas vantagens e desvantagens. É verdade que a avaliação interna, ao ser realizada por pessoas que estão directamente envolvidas no programa, pode descrever com mais autenticidade e com mais profundidade o que, realmente, está acontecendo. Mas também é verdade que a avaliação nestas condições pode correr o risco de ser demasiado parcial e enviesada. Finalmente, uma das questões que é praticamente incontornável na avaliação

contemporânea de projectos e programas é a da participação dos intervenientes. Isto é, de todos aqueles que, de algum modo, têm a ver com o desenvolvimento do programa. A participação na avaliação de, pelo menos, os principais intervenientes num dado projecto, garante a diversidade de pontos de vista sobre o seu mérito e o seu valor, permitindo uma visão mais rigorosa das realidades que se pretendem avaliar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fernandes, D. (2007). Percursos e desafios da avaliação contemporânea. Síntese da lição proferida no âmbito das provas de agregação. Documento policopiado não publicado. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Holden, D. & Zimmerman, M. (2009). A practical guide to program evaluation planning. London: Sage.